COSEMS-PR
CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO PARANÁ

Guia Para Apoiadores:

Indução dos Territórios na Construção do Planejamento Adaptativo às Emergências Climáticas no SUS

Incorporando a Emergência Climática à Gestão Municipal de Saúde



2026

APRESENTAÇÃO

As Emergências climáticas já produzem efeitos concretos sobre a saúde da população brasileira. Eventos como chuvas intensas, inundações, deslizamentos, estiagens, ondas de calor e queimadas impõem desafios crescentes à organização dos serviços de saúde, à proteção das populações mais vulneráveis e à continuidade do cuidado. Seus impactos não se restringem às situações de emergência: alcançam o cotidiano dos territórios, agravam desigualdades e exigem respostas cada vez mais articuladas entre os diferentes setores da gestão pública.

Nesse contexto, incorporar a perspectiva das mudanças climáticas ao planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS) deixou de ser uma possibilidade futura e tornou-se uma necessidade presente. Para as Secretarias Municipais de Saúde, isso significa reconhecer os riscos existentes no território, compreender suas repercussões sobre as condições de vida e saúde da população e preparar respostas capazes de reduzir vulnerabilidades, prevenir danos e fortalecer a capacidade de adaptação dos serviços.

Essa agenda, entretanto, não deve ser compreendida apenas como uma responsabilidade da saúde ou como uma ação a ser desenvolvida somente diante da ocorrência de desastres. A adaptação climática exige planejamento antecipado, articulação intersetorial e cooperação entre os entes federativos, de modo que as decisões sobre infraestrutura, organização dos serviços, vigilância, atenção à saúde, educação permanente e alocação de recursos considerem também os riscos e as necessidades de cada território.

É nesse cenário que se insere o papel estratégico da Rede CONASEMS-COSEMS. O apoio técnico, em suas diferentes dimensões, constitui uma importante ferramenta para aproximar conhecimentos, políticas e práticas da realidade municipal, fortalecendo a capacidade dos gestores e das equipes de saúde para identificar problemas, construir prioridades e transformar desafios em propostas de ação. Ao apoiar a reflexão sobre os efeitos das mudanças climáticas, a Rede contribui para que essa agenda seja incorporada aos espaços de planejamento, gestão e pactuação do SUS, respeitando as especificidades regionais e as capacidades de cada município.

Este Guia para o Apoio da Rede CONASEMS-COSEMS para Planejamento e Adaptação do SUS aos Efeitos das Emergências Climáticas nasce, portanto, com o propósito de contribuir para esse movimento. Destina-se a embasar apoiadores técnicos, gestores e equipes municipais de saúde na introdução da agenda climática nos processos de planejamento, oferecendo referências, orientações e possibilidades metodológicas que favoreçam a análise do território, a identificação de riscos e vulnerabilidades e a construção de estratégias de adaptação articuladas às necessidades do SUS.

A proposta não é estabelecer um modelo único de planejamento, mas oferecer subsídios para que cada município possa desenvolver respostas coerentes com sua realidade, seus recursos e suas prioridades. Trata-se de fortalecer a capacidade de planejamento e de ação do SUS, reconhecendo que a adaptação às mudanças climáticas é, sobretudo, um processo contínuo de preparação, aprendizagem, cooperação e transformação das práticas de gestão e cuidado.

Ao incorporar essa perspectiva ao apoio técnico e aos espaços de discussão do SUS, a Rede CONASEMS-COSEMS reafirma seu compromisso com o fortalecimento da gestão municipal e apoio na construção de um sistema de saúde mais resiliente, capaz de proteger a vida e responder, de forma oportuna e integrada, aos desafios presentes e futuros das mudanças climáticas.



Emergências climáticas: Da agenda global à saúde nos territórios



As mudanças climáticas correspondem a alterações persistentes no estado do clima, observadas ao longo de décadas ou períodos mais extensos, que modificam padrões de temperatura, precipitação, ventos e outros componentes do sistema climático. Embora o clima da Terra tenha apresentado variações naturais ao longo de sua história, as evidências científicas demonstram que o aquecimento observado desde a Revolução Industrial, iniciada no final do século XVIII, apresenta características e uma velocidade que não podem ser explicadas apenas pela variabilidade natural do clima. A expansão das atividades industriais, associada principalmente à queima de carvão, petróleo e gás, ao desmatamento e às mudanças no uso da terra, provocou um aumento expressivo da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera. Esse processo intensificou o efeito estufa natural e elevou a temperatura média da superfície do planeta, sendo a influência humana considerada inequívoca pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). O aquecimento global decorrente dessas atividades vem alterando sistemas climáticos em diferentes regiões do mundo e contribuindo para a maior frequência e intensidade de eventos como ondas de calor, secas, chuvas intensas, inundações e incêndios. Assim, compreender as mudanças climáticas significa também reconhecer a relação direta entre o modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade e as transformações ambientais e sociais que já afetam os territórios.

A construção de uma resposta global

A resposta global às emergências climáticas foi sendo construída no longo de décadas, com marcos importantes que moldaram o compromisso entre os países e abriram caminho para a inclusão da saúde nas negociações internacionais.

A linha do tempo ao lado destaca cinco momentos fundamentais dessa trajetória: desde a Rio-92 até a COP30, cada evento representou um avanço no entendimento da crise climática — e, mais recentemente, no reconhecimento de que não há ação climática eficaz sem considerar os determinantes sociais da saúde e as necessidades dos territórios mais vulneráveis.

RIO-92

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), realizada no Rio de Janeiro em 1992, foi um marco histórico. Daquele encontro surgiu a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que estabeleceu o principal das responsabilidades comuns, porém diferenciadas entre os países.

KYOTO

Em 1997, o Protocolo de Kyoto representou o primeiro acordo internacional com metas obrigatórias de redução de emissões para países desenvolvidos. Embora limitado em escopo, foi um passo importante para colocar compromissos concretos na agenda climática global.

COPENHAGUE

A Conferência de Copenhague, em 2009, reuniu grandes expectativas, mas resultou em acordos voluntários. Ainda assim, consolidou o entendimento de que a crise climática exigia governação global mais inclusiva, transparente e sensível às realidades locais.

PARIS

Em 2015, o Acordo de Paris estabeleceu um novo paradigma: manter a aumento da temperatura média global abaixo de 2ºC e buscar esforços para limitá-lo a 1,5ºC. O acordo reforçou o papel da adaptação, do financiamento climático e da participação da sociedade civil.

COP30

A COP30, realizada em Belém (PA), em 2025, simboliza uma virada de chave. Pela primeira vez, a saúde esteve formalmente integrada à agenda da Conferência das Partes, com um espaço dedicado ao tema. Isso representa um reconhecimento histórico: clima e saúde são inseparáveis.



Os impactos das mudanças climáticas sobre o SUS

As mudanças climáticas representam um desafio crescente para a capacidade de resposta e a sustentabilidade do SUS. No Brasil, ondas de calor, secas, enchentes, deslizamentos, incêndios e alterações no regime de chuvas podem ampliar a ocorrência de doenças e agravos, aumentar a demanda por atendimentos, interromper serviços e comprometer a infraestrutura de saúde. Também podem favorecer a expansão de doenças transmitidas por vetores, agravar problemas respiratórios e cardiovasculares, afetar a saúde mental e ampliar riscos relacionados à insegurança alimentar e à água contaminada.

Os impactos não se restringem ao aumento da demanda. Eventos extremos podem comprometer simultaneamente unidades de saúde, abastecimento de água e energia, comunicação, transporte, medicamentos e insumos, reduzindo a capacidade operacional do sistema justamente quando a população mais necessita de atendimento. Essa combinação entre aumento da demanda e redução da capacidade de resposta evidencia a necessidade de fortalecer a preparação e a resiliência do SUS.

A dimensão econômica também reforça a importância da prevenção. Estimativas internacionais apontam impactos expressivos sobre os custos em saúde, a produtividade e a economia, demonstrando que investir em prevenção, adaptação e resiliência tende a ser menos oneroso do que responder continuamente aos danos já instalados. Da mesma forma, a Organização Mundial da Saúde estima que as mudanças climáticas poderão provocar cerca de 250 mil mortes adicionais por ano no mundo entre 2030 e 2050, principalmente por desnutrição, malária, diarreia e estresse térmico.

Nesse contexto, adaptar o SUS não significa apenas preparar respostas para situações de emergência. Significa antecipar riscos, reconhecer territórios e populações mais vulneráveis, fortalecer a vigilância em saúde, proteger serviços essenciais e incorporar os cenários climáticos aos processos de planejamento e tomada de decisão. Quanto maior a capacidade de agir preventivamente, menor tende a ser a necessidade de respostas emergenciais e os impactos humanos, sociais e financeiros.

Assim, a mudança climática deve ser compreendida como um fator capaz de modificar o perfil epidemiológico, a organização dos serviços, os custos da assistência e a própria capacidade do SUS de garantir o direito à saúde. **Incorporar a dimensão climática ao planejamento municipal não significa criar uma nova agenda, mas fortalecer o planejamento existente para que ele seja capaz de responder às condições presentes e futuras do território.**

Principais impactos das mudanças climáticas sobre a saúde da população

As mudanças climáticas afetam a saúde de múltiplas formas, ampliando riscos e vulnerabilidades em diferentes territórios e grupos populacionais.











Ondas de calor e frio extremo

Aumentam casos de desidratação, exaustão térmica, agravamento de doenças cardiovasculares e respiratórias, além de impactar especialmente idosos, crianças e populações em situação de rua.

Insegurança hídrica e alimentar

Secas, enchentes e mudanças nos regimes de chuva afetam o acesso à água potável e à alimentos adequados, prejudicando a nutrição, a segurança alimentar e aumentando doenças de veiculação hídrica e alimentar.

Arboviroses e surgimento de novas doenças

O aumento de temperaturas e mudanças ambientais favorecem a expansão do Aedes aegypti e de outros vetores, elevando a incidência de dengue, zika, chikungunya e febre amarela, além do risco de surgimento de novas doenças infecciosas.

Saúde mental

Eventos extremos, perdas materiais, deslocamentos e inseguranças geram estresse, ansiedade, depressão e outros transtornos mentais, afetando o bem-estar individual e coletivo.

Eventos extremos

Enchentes, deslizamentos, tempestades e secas intensas causam ferimentos, óbitos, sorteios de doenças, danos à infraestrutura de saúde e deslocamentos populacionais.

Vulnerabilidades sociais

Populações em situação de pobreza, comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e outras populações vulneráveis são as mais afetadas, devido a desigualdades no acesso a recursos, serviços e informação.

O papel das áreas do SUS na resposta às mudanças climáticas

As mudanças climáticas representam desafios concretos à saúde da população brasileira e exigem uma atuação integrada e coordenada todas as áreas do SUS.

Atenção Primária à Saúde
É a porta de entrada do SUS e tem papel estratégico na promoção da saúde, na prevenção de agravos e no acompanhamento continuo das populações mais vulneráveis aos impactos do clima.

Urgência e Emergência
Atua no atendimento imediato às situações críticas provocadas por eventos extremos, como enchentes, ondas de calor, secas e tempestades, garantindo resposta rápida e qualificada para salvar vidas.

Vigilância em Saúde
Monitora riscos e determinantes ambientais, identifica mudanças no padrão das doenças e identifica mudanças nos padrões climáticos e das doenças, contribui para a analise de situação de saúde e apoia o gestor no planejamento e tomada de decisão.

Integração das Ações

A atuação conjunta a articulação entre Atenção Primária, Urgência e Emergência, Vigilância em Saúde e gestão é essencial para fortalecer a capacidade de adaptação do SUS e proteger a saúde da população diante das mudanças climáticas.



Planejamento em saúde como estratégia de adaptação do SUS

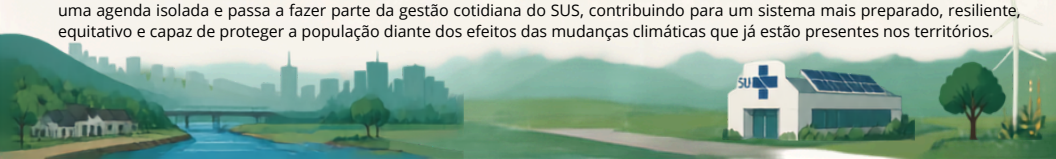
O planejamento em saúde é uma ferramenta essencial para fortalecer a capacidade de adaptação do SUS frente às mudanças climáticas. Ele permite organizar ações, antecipar riscos e promover respostas mais eficazes, equitativas e sustentáveis.

As mudanças climáticas já fazem parte da realidade cotidiana dos municípios brasileiros, adaptar a saúde às mudanças climáticas significa compreender que os riscos e seus impactos não são iguais em todos os territórios. Cada município apresenta características próprias relacionadas ao clima, à geografia, às condições ambientais, à ocupação do território, à infraestrutura, às condições de moradia, ao perfil epidemiológico e às vulnerabilidades sociais de sua população. Por isso, a adaptação precisa partir do reconhecimento do território e da identificação dos riscos que já se manifestam ou que podem se intensificar. O planejamento permite transformar esse conhecimento em prioridades, objetivos, ações e responsabilidades, organizando uma resposta que seja compatível com a realidade e com a capacidade de cada município.

Nesse processo, é fundamental compreender que adaptar o SUS não significa criar um plano paralelo ou uma nova estrutura de planejamento exclusivamente voltada às mudanças climáticas. A criação de um documento isolado pode fragmentar esforços, gerar sobreposição de ações e dificultar a incorporação da agenda climática à rotina da gestão. O caminho mais sustentável é integrar a perspectiva climática aos processos e instrumentos de planejamento já existentes no SUS, fazendo com que os riscos e impactos relacionados ao clima sejam considerados na definição das prioridades, metas, ações, indicadores, investimentos e processos de monitoramento da gestão municipal.

Essa perspectiva também modifica a própria lógica de definição das prioridades. Em vez de esperar que um evento extremo aconteça para mobilizar recursos e reorganizar serviços, o planejamento permite identificar previamente quem está mais vulnerável, onde estão os maiores riscos, quais agravos podem aumentar, quais serviços podem ser afetados e quais capacidades precisam ser fortalecidas. Com essas informações, o município pode estabelecer medidas de prevenção e preparação, organizar fluxos de resposta, qualificar profissionais, proteger sua infraestrutura, fortalecer sistemas de informação e vigilância e definir ações de recuperação capazes de reduzir os impactos futuros.

O planejamento adaptativo, portanto, não deve ser compreendido como uma tarefa adicional para as equipes municipais, mas como uma qualificação do próprio planejamento do SUS diante de uma realidade que está mudando. Nesse sentido, o papel do apoio técnico é fundamental para aproximar a agenda climática do cotidiano da gestão municipal. O desafio não é produzir mais um plano, mas olhar para os planos que o município já possui com uma nova perspectiva, identificando onde os riscos climáticos podem ser incorporados e quais ações já existentes podem ser fortalecidas ou reorientadas. Assim, a adaptação deixa de ser uma agenda isolada e passa a fazer parte da gestão cotidiana do SUS, contribuindo para um sistema mais preparado, resiliente, equitativo e capaz de proteger a população diante dos efeitos das mudanças climáticas que já estão presentes nos territórios.



A Saúde Como Liderança na Adaptação dos Territórios

As mudanças climáticas colocam aos municípios o desafio de repensar a forma de planejar e proteger suas populações. Nesse movimento, a saúde ocupa uma posição estratégica: é o único setor que está presente 365 dias por ano, 24 horas por dia, em todos os territórios e junto a 100% da população. Por sua capilaridade, proximidade com as pessoas e capacidade de reconhecer precocemente as mudanças que acontecem no território, o SUS reúne condições privilegiadas para identificar riscos, antecipar respostas e mobilizar diferentes setores em torno da proteção da vida.

A história do SUS é marcada pela capacidade de enfrentar desafios, responder a emergências e construir respostas mesmo diante de cenários adversos. Essa experiência, associada à sua presença permanente nos territórios e à força da gestão interfederativa, faz do SUS um ator fundamental para liderar e impulsionar a adaptação municipal aos efeitos das mudanças climáticas.

Adaptar o SUS não significa apenas preparar os serviços para responder aos eventos extremos, mas utilizar sua capacidade de planejamento, vigilância, cuidado e articulação para contribuir com um município mais preparado, resiliente e capaz de proteger sua população. Planejar hoje, a partir do território e dos riscos que já estão presentes, é uma forma concreta de cuidar do futuro.

Ferramentas de monitoramento e tomada de decisão

O enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas exige que o município acompanhe continuamente as condições ambientais e os possíveis impactos sobre a saúde. Algumas ferramentas disponíveis podem apoiar gestores e equipes na interpretação de informações e na adoção de medidas antecipadas.

AlertAr Saúde, da Fiocruz, apoia a previsão atmosférica e o monitoramento dos impactos da qualidade do ar sobre a saúde pública, contribuindo para identificar situações de risco e orientar medidas de prevenção, especialmente para populações mais vulneráveis.

Painel de Excesso de Calor, do Ministério da Saúde, permite acompanhar situações de calor extremo e seus potenciais impactos sobre a saúde, subsidiando ações de proteção e preparação dos serviços, especialmente em períodos de maior exposição.

Observatório de Clima e Saúde, da Fiocruz, integra informações climáticas, ambientais, epidemiológicas e territoriais, oferecendo subsídios para compreender os impactos das mudanças climáticas sobre a saúde e apoiar o planejamento e a tomada de decisões nos territórios.

Como construir um planejamento adaptativo a partir do território e da matriz DOMIA

O planejamento adaptativo deve trabalhar com a escuta ativa do território, e utilizando a matriz DOMIA organizar as principais necessidades levantadas para inclusão nos instrumentos de gestão . Essa abordagem permite reconhecer as necessidades locais, valorizando os atores do território que fortalecem a capacidade de resposta diante das mudanças ambientais. A construção coletiva do plano, inclui espaços contínuos de monitoramento e revisão, assegurando que as ações permitam ser relevantes, eficazes e alinhadas às realidades vividas pela população.

1. Acolhimento e apresentação: criar um ambiente de confiança a apresentar os objetivos da oficina.
2. Nivelamento conceitual, é importante que todos os participantes tenham acesso as principais informações sobre a emergência climática e quais os seus efeitos na saúde
3. Análise do território, equipes fazem delineamento do seu território de atuação e realizam marcação dos principais efeitos climáticos e vulnerabilidades, sejam elas territoriais ou populacionais
4. Apresentar a matriz DOMIA e em grupos construir uma DOMI que tenha conexão com a analise do território.
5. Apresentação das DOMIS para todos
6. Pactuação das DOMIS ao conselho de saúde e posterior inclusão no PMS e seu monitoramento.
7. Entendimento de que o setor saúde é primordial para iniciar o processo de adaptação na cidade e motivar os demais setores



Exemplo de Matriz DOMIA

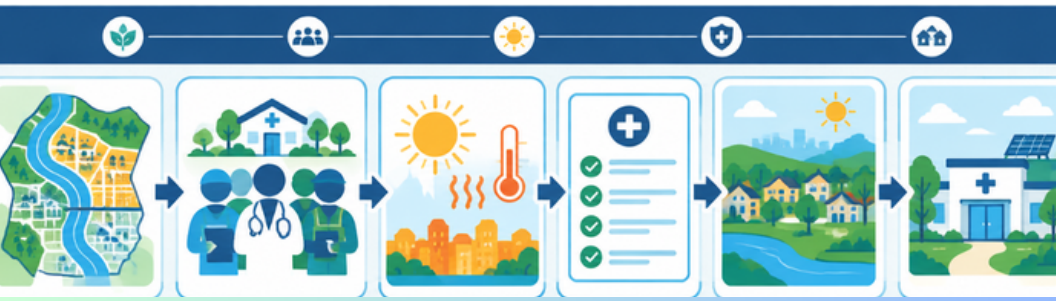
Componente	Definição	Exemplo prático: ondas de calor e saúde
DIRETRIZ	Orientação estratégica que expressa o caminho a ser seguido para enfrentar um problema ou necessidade de saúde.	Fortalecer a capacidade de adaptação do SUS municipal aos efeitos das mudanças climáticas, com prioridade à proteção da saúde das populações mais vulneráveis.
OBJETIVO	Resultado que se pretende alcançar a partir da diretriz estabelecida.	Ampliar a capacidade das equipes de Atenção Primária à Saúde para prevenir, identificar e atender agravos relacionados às ondas de calor.
META	Resultado concreto, mensurável e definido para determinado período.	Capacitar 100% das equipes de Saúde da Família do município para prevenção e manejo dos agravos relacionados ao calor até dezembro de 2028.
INDICADOR	Medida utilizada para acompanhar e avaliar o alcance da meta.	Percentual de equipes de Saúde da Família capacitadas para prevenção e manejo dos agravos relacionados ao calor.
AÇÃO	Atividade ou iniciativa planejada para alcançar o objetivo e cumprir a meta estabelecida.	Realizar atividades de educação permanente com as equipes de saúde sobre identificação de sinais de desidratação e exaustão pelo calor, orientações preventivas à população e acompanhamento de pessoas mais vulneráveis, como idosos, crianças e pessoas com doenças crônicas.

O papel do apoiador

Ao longo de todo o processo, o apoiador da Rede CONASEMS-COSEMS atua como facilitador da construção coletiva, e não como aquele que apresenta respostas prontas. Seu papel é provocar a reflexão, ajudar a organizar as informações, estimular a participação das diferentes áreas, conectar os problemas identificados às possibilidades de atuação do SUS e apoiar o município na transformação das discussões em ações factíveis. O apoiador também pode favorecer a articulação entre municípios e regiões, permitindo o compartilhamento de experiências e soluções.
O resultado esperado da oficina não é simplesmente uma matriz preenchida. É a construção de uma visão compartilhada sobre os riscos climáticos do território e de um conjunto de ações que possam ser incorporadas à gestão municipal. Dessa forma, a oficina cumpre seu propósito quando o município consegue olhar para aquilo que já acontece em seu território, reconhecer quem está mais vulnerável e transformar esse conhecimento em decisões de planejamento capazes de antecipar riscos e proteger a população.

Autor
Marcos Felipe Cetra Piva
Apoiador Técnico Regional do COSEMS-PR

Revisores
Giorgia Regina Luchese
Coordenadora do Apoio Técnico do COSEMS-PR
CONASEMS



COSEMS-PR
Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Paraná
REDE CONASEMS COSEMS
CONASEMS

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Ações e políticas: saúde ambiental. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: Ações e Políticas – Saúde Ambiental. Acesso em: 14 set. 2026.
BRASIL. Ministério da Saúde. Guia para elaboração de planos de adaptação à mudança do clima do setor saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026. Disponível em: Guia para elaboração de planos de adaptação à mudança do clima do setor saúde. Acesso em: 14 set. 2026.
BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de mudanças climáticas e saúde: painéis de apoio. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s. d.]. Disponível em: https://miniapps.saude.gov.br/guia-clima/. Acesso em: 14 set. 2026.
BRASIL. Ministério da Saúde. Mudanças climáticas desafiam organização do SUS e reforçam adaptação dos serviços de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026. Disponível em: Ministério da Saúde – Mudanças climáticas e SUS. Acesso em: 14 set. 2026.
BRASIL. Ministério da Saúde. Mudanças climáticas para profissionais de saúde: guia de bolso. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/2025/mudancas-climaticas-para-profissionais-de-saude-guia-de-bolso-2a-ed.pdf/view. Acesso em: 14 set. 2026.
BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Técnica Conjunta nº 217/2024-CGESCO/DESCO/SAPS/MS e DAHU/SAES/MS e DAPSI/SESAI/MS: diretrizes e subsídios técnicos acerca das emergências climáticas em saúde por seca, estiagem e incêndios florestais. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024.
BRASIL. Ministério da Saúde. O que é o AdaptaSUS? Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: Ministério da Saúde – AdaptaSUS. Acesso em: 14 set. 2026.
BRASIL. Ministério da Saúde. Ondas de calor. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s. d.]. Disponível em: Ministério da Saúde – Ondas de calor. Acesso em: 14 set. 2026.
BRASIL. Ministério da Saúde. Painel VIGIAR: poluição atmosférica e saúde humana. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s. d.]. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/cnie/painel-de-poluicao-atmosferica-e-saude-humana. Acesso em: 14 set. 2026.
BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Setorial de Saúde – AdaptaSUS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: Plano Setorial de Saúde – AdaptaSUS. Acesso em: 14 set. 2026.
BRASIL. Ministério da Saúde. Vigilância ambiental. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s. d.]. Disponível em: Ministério da Saúde – Vigilância Ambiental. Acesso em: 14 set. 2026.
INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Climate change 2021: the physical science basis: contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. Disponível em: IPCC – Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Acesso em: 14 set. 2026.
INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Climate change 2022: impacts, adaptation and vulnerability: contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: IPCC – Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Acesso em: 14 set. 2026.
INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Climate change 2023: synthesis report. Geneva: IPCC, 2023. Disponível em: IPCC – AR6 Synthesis Report. Acesso em: 14 set. 2026.
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Climate change and health. Geneva: World Health Organization, 2023. Disponível em: WHO – Climate change and health. Acesso em: 14 set. 2026.
UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). Kyoto Protocol to the United Nations Framework Convention on Climate Change. Kyoto: UNFCCC, 1997. Disponível em: UNFCCC – Kyoto Protocol. Acesso em: 14 set. 2026.
UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). Paris Agreement. Paris: UNFCCC, 2015. Disponível em: UNFCCC – Paris Agreement. Acesso em: 14 set. 2026.
UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). United Nations Framework Convention on Climate Change. Bonn: UNFCCC, 1992. Disponível em: UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change. Acesso em: 14 set. 2026.
WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). COP30 Health Day. Geneva: World Health Organization, 2025. Disponível em: WHO – COP30 Health Day. Acesso em: 14 set. 2026.
WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Health at COP30. Geneva: World Health Organization, 2025. Disponível em: WHO – Health at COP30. Acesso em: 14 set. 2026.
WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). The Belém Health Action Plan for the adaptation of the health sector to climate change. Geneva: World Health Organization, 2025. Disponível em: Belém Health Action Plan. Acesso em: 14 set. 2026.